

MULHERES CONTRA CUNHA, FEMINISMO E DEMOCRACIA:**DO PRIVADO AO PÚBLICO, ENTRE AS REDES E AS RUAS: ANÁLISE DO
MULHERES CONTRA CUNHA NO TWITTER****Ana Paula Coelho¹; Bianca Bortolon²****1. Introdução**

No ano de 2015, milhares de mulheres tomaram as ruas e a internet no Brasil em protestos organizados contra o Projeto de Lei 5069, que objetivava limitar ainda mais o acesso à interrupção segura de uma gestação através do Sistema Único de Saúde (SUS) em casos nos quais a prática é legalizada. Encabeçada pelo então presidente da Câmara dos Deputados, o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), a medida visava restringir o acesso ao aborto seguro e legalizado para vítimas de abuso sexual, que só poderiam ser atendidas após apresentação do boletim de ocorrência. O movimento recebeu o nome de “Mulheres Contra Cunha” e, na internet, a *hashtag* #MulherescontraCunha reuniu militantes, feministas e vários setores sociais em uma luta que se converteu contra as diversas práticas conservadoras do deputado na câmara.

A pauta da legalização do aborto é historicamente polêmica, seja no âmbito da política ou entre a população, mas a prática ocorre com ou sem o reconhecimento do poder público. Ainda que frequente, o aborto continua pertencendo ao âmbito privado do universo feminino e calado a todo custo. Neste trabalho, buscaremos debater os discursos sobre a pauta de legalização do aborto ocorridas em rede a partir da tag utilizada pelos manifestantes.

O que hoje é chamado de terceira onda do feminismo, caracterizada, principalmente, por uma geração muito mais conectada com as novas tecnologias de comunicação potencializadas pela internet - e por sua capacidade de ação em uma diversidade de campos da vida cotidiana – estabelece novos paradigmas para o feminismo ou mesmo os fazem emergir novamente à superfície da visibilidade.

A tecnologia se dispõe como uma ferramenta política nas mãos de mulheres quando elas encontram lá uma maneira de combater o sistema que as oprime. Ironias, arte, literatura, ensino, convenções, tudo está inserido em um conjunto de repertórios de ação coletiva. O movimento utiliza a tecnologia com fins de auxiliar e estender a perpetuação de lutas já firma-

¹. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: ana.coelho.jornal@gmail.com

². Mestranda do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Territorialidades da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: biancabortolono@gmail.com

das no passado. Toda a mobilização em torno do #MulheresContraCunha teve sua origem na movimentação e articulação de grupos feministas já inseridos em um contexto de rede e de comunicação via computadores.

Neste trabalho buscamos analisar a movimentação dessas mulheres na rede, particularmente no Twitter, em dias de mobilização nas ruas e traçar uma conexão entre a pauta do aborto às questões próprias da teoria feminista em relação às esferas pública/privada.

2. O ambiente privado e a mulher

Na teoria política feminista, a questão do público e privado assume um caráter bem mais complexo do que os autores historicamente consagrados lhes deram ao definir a sociedade burguesa e suas limitações. Ela insere a questão de desigualdade de gênero, cara à lógica de pensamento do modelo político liberal. O privado se define, de maneira sucinta, como o espectro do feminino: calmo, reservado e fora do alcance público, sendo este outro nada mais do que o local por definição das decisões dos homens. O espectro masculino, por natureza.

As decisões sociais estão, portanto, reservadas aos homens, indivíduos capazes de decisão. As mulheres não são entendidas como indivíduos, já que a elas não se cabem as leis de liberdade e igualdade, porque não são iguais em capacidade e força e “um subordinado natural não pode ser, ao mesmo tempo, livre e igual”. Conseqüentemente, “as mulheres (esposas) são excluídas da condição de “indivíduos” e, portanto, de participar do mundo público da igualdade, do consentimento e das convenções” (PATEMAN, 2013). Assim, a maioria das questões relacionadas ao corpo feminino são decididas com base naquilo que lhe seria naturalmente caro: sua função sexual e reprodutiva.

Ainda que existam esforços em forma a constituir a mulher enquanto indivíduo pensante para assim ter suas necessidades consideradas em um sistema democrático, o controle sobre seu corpo ainda é uma pauta do Estado, correspondendo às formas de domínio político de uma população a partir de um sistema político econômico que precisa planejar e direcionar a população de acordo com suas necessidades.

Essa separação liberal das duas esferas público e privado impede ou ao menos dificulta o acesso de mulheres e outras minorias sociais à política e, conseqüentemente, à esfera pública, definida por Habermas (2003) como o lugar de discussão e debate de atores através de fluxos informacionais e comunicacionais.

A questão política e a separação entre os espaços privado e público é que exclui ou insere determinados atores sociais nos principais dilemas desses locais. Porém um espaço não exclui o outro de seu território, muito pelo contrário, no século XX essas zonas e fronteiras se

tornam cada vez mais difusas e permeáveis, principalmente com a digitalização da vida cotidiana.

No privado, o lugar isolado da vida política, são preservadas relações de poder e autoridade que limitam a autonomia das mulheres (BIROLI e MIGUEL, 2013). Os direitos dentro do ambiente familiar se tornam menores a cargo de decisão do chefe, e por isso uma importante ferramenta para a manutenção das estruturas de poder e dominação do corpo, do afeto, do trabalho e da sexualidade femininas, vistas então, como objetos de procriação e satisfação das necessidades e desejos masculinos.

A partir do instante que se politiza o espaço privado, tem-se a descoberta de um ambiente nocivo e violento, mas de onde nascem processos de reconfiguração dos espaços a partir de reivindicações sociais dos movimentos de mulheres quanto o reconhecimento das assimetrias sociais e das especificidades do grupo determinado, para alcançar, então, a igualdade e a participação democrática da esfera pública (FRASER, 2006).

Além da percepção do privado enquanto lugar de violências de toda sorte há, finalmente, o recorte racial com a introdução dos movimentos das mulheres negras, principalmente nos Estados Unidos, a observar sua vulnerabilidade não só nas mãos de homens brancos mas como diante de mulheres brancas e homens negros.

Os movimentos de mulheres vão ganhando recortes, ramificações e crescem em todo o mundo ocidental criando não só métodos próprios de combate à opressão como também uma vasta literatura e uma vasta quantidade de correntes teóricas e políticas com interessantes diferenças entre si.

Esses movimentos, acompanhados por processos históricos, foram ressignificados ao longo do tempo, ganharam formas e desenvolvimento de táticas de ação, apropriações diversas e ampliando sua rede comunicacional ao ponto de provocar também a esfera pública. As divisões entre privado e público, se antes eram bem definidos em teoria e orientavam a norma da conduta social, após essas reconfigurações do espaço e do tempo tiveram seus limites menos visíveis e fluídos.

Temos à disposição um novo espaço, virtual, composto de infinitas possibilidades de territorialidades, a internet. Nesse lugar de fluxos contínuos de comunicação e conhecimento a metáfora de rede se torna mais viva, visível e até material. As conexões entre os atores se dá em rede, através das mediações e agenciamentos a partir de apropriações culturais, tecnológicas, políticas e sociais, criando novos discursos e formas de se ocupar o espaço, nos

relacionando com o outro e com o social de maneiras mais diversas, territorializando e transitando por um complexo de redes informacionais.

É nesse lugar de embate político, cultural e econômico que as necessidades femininas se encontram. É aqui que as feministas se põem de modo a contrapor-se às regras do sistema que não liberam por completo a mulher de sua condição subalterna, alegando que seu lugar ainda é a reclusão da vida privada sob domínio do chefe de família, ainda que ela seja responsável pelo sustento da casa. A contradição entre os planejamentos de um governo e o cotidiano de muitas mulheres são conflitos que buscamos examinar dentro do ciberespaço, onde não mais estamos no limiar entre a vida pública e privada, onde essas fronteiras se tornam cada vez mais difusa.

3. Movimento feminista e a pauta da legalização do aborto no Brasil

A legalização do aborto no Brasil alimenta uma diversidade de questões e é uma das principais pautas e bandeiras do movimento de mulheres no país. A legislação pune não só a gestante, mas o profissional ou qualquer pessoa envolvida na prática, sendo considerado crime pelas instâncias jurídicas. E, por questões diversas é tema de discussão entre uma rede de profissionais, como juristas, médicos, teólogos, psicólogos e outros.

Desde o ano de 1940 o Código Penal brasileiro passou a inserir exceções à lei que criminaliza a interrupção da gravidez, o Art. 128 do Código Penal - Decreto Lei 2848/40 declara que não cabe punição aos casos de interrupção em que a vida da gestante corre riscos e em caso de estupro. Em 2012 por maioria dos votos no Supremo Tribunal Federal foi estabelecido que também seriam exceção a prática do aborto em casos de fetos anencéfalos.

Comparada à América Latina o Brasil ainda possui um quadro legislativo considerado moderado, porém, com o crescimento do conservadorismo no Congresso nacional várias reviravoltas ameaçaram esse e qualquer tipo de avanço para um quadro ideal.

A OMS recomenda a todos os países que a prática da interrupção da gravidez seja legalizada e descriminalizada sem exceções, em um princípio de saúde pública, quanto por questões de delegar à mulher, enquanto sujeito e ser humano, direito de decisão. Para a Organização, a legalização e a adoção de práticas seguras de abortamento previnem a morte de milhões de mulheres que, sem a opção segura, se arriscam em práticas não seguras que podem causar prejuízos à saúde reprodutiva e até à morte.

Os riscos de um aborto ilegal e inseguro são velhos conhecidos de mulheres pobres e periféricas, em sua maioria negras. Dados da OMS (Organização Mundial de Saúde) de 2014

revelam que o aborto é a quinta maior causa de morte entre gestantes no Brasil, mortes evitáveis. A Pesquisa Nacional de Aborto (PNA) atesta em suas pesquisas que a maioria das mulheres que sofrem com as complicações de um aborto inseguro são negras e com pouco grau de instrução escolar.

"A PNA indica que o aborto é tão comum no Brasil que, ao completar quarenta anos, mais de uma em cada cinco mulheres já fez aborto. Tipicamente, o aborto é feito nas idades que compõem o centro do período reprodutivo feminino, isto é, entre 18 e 29 anos, e é mais comum entre mulheres de menor escolaridade, fato que pode estar relacionado a outras características sociais das mulheres de baixo nível educacional." (DINIZ, MEDEIROS, p. 964. 2010)

É perceptível o recorte de classe, raça e gênero que a pauta possui, algo que só deixa mais complexo o debate. A recomendação dada pela OMS e outras organizações de saúde pelo mundo é de que a legalização do aborto e o acesso a métodos seguros pelos países são a principal chave para diminuir os índices de mortalidade materna por interrupção da gravidez. Mas, uma melhora no acesso à saúde gestacional também diminuiria as mortes por outros fatores, também.

Na sociedade brasileira a questão da legalização do aborto ainda é encarada com um olhar de pecado e recriminação. O início da vida é uma das principais preocupações e bases argumentativas dos que se opõem à legalização.

O ex-deputado Eduardo Cunha é famoso por ser autor de projetos que limitam ainda mais os direitos reprodutivos das mulheres. O projeto depositado em 2015 alegava a necessidade de um exame de corpo de delito positivando estupro para que a gestante pudesse ter direito à interrupção legal da gravidez. O que o projeto prevê é que a comprovação seja feita para que mulheres que não tenham sofrido abuso possam burlar a lei e acessar ao aborto seguro nos hospitais especializados.

Feministas e organizações se mobilizaram contra o projeto argumentando que mulheres que sofreram abusos sexuais dificilmente iam a cabo de denunciar agressores, por uma diversidade de motivos, seja pelas condições precárias das delegacias brasileiras para receber mulheres violentadas e vulneráveis ou pelo abuso ter sido cometido por alguém próximo e do convívio familiar. O projeto deixa claro que aborto é uma questão de polícia e não de saúde pública.

O projeto ainda tramita pelo congresso nacional, esse e tantos outros projetos como a lei do Nascituro, que restringe ainda mais o acesso ao aborto seguro e pune com mais severidade mulheres, profissionais e pessoas envolvidas na prática.

Entidades de saúde e várias organizações alegam que uma legislação restritiva só agravaria ainda mais a questão do aborto não seguro e ilegal no país, sendo um retrocesso na saúde em comparação com os países que legalizaram e estruturaram o acesso ao aborto no país.

4. O movimento Mulheres Contra Cunha

Em outubro de 2015, a Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ) da Câmara dos Deputados aprovou, por 37 a 14, o Projeto de Lei 5069/13. De autoria do então presidente da Câmara, Eduardo Cunha, o PL altera a Lei de Atendimento às Vítimas de Violência Sexual (Lei 12.845/13), além de passar a criminalizar o que até então era uma contravenção penal: a prática de anúncio de meios ou métodos abortivos. Na prática, a proposta do PL 5069 estabelece a obrigatoriedade de registro de Boletim de Ocorrência e exame de corpo delito às mulheres vítimas de estupro antes que estas possam ter acesso ao sistema público de saúde. Além disso, o texto ainda abria para margem para novas alterações, sendo uma delas a possível proibição da pílula contraceptiva de emergência, conhecida como “pílula do dia seguinte”.

A medida provocou indignação entre redes de organização feminista e usuários das redes sociais. Como resposta, poucas horas após a sessão na CCJ usuários mimetizaram a ação do movimento #nãomereçoestuprada³ e criaram a campanha ‘Pílula fica, Cunha Sai’, na qual seguravam placas com o bordão que dá nome à ação.

A indignação feminista em relação a Eduardo Cunha coincidiu com o momento em que o então deputado estava no centro da polêmica envolvendo sua denúncia ao Conselho de Ética da Câmara, em que era acusado de mentir sobre a existência de contas na Suíça. Outros segmentos sociais já haviam se organizado em marchas pedindo a cassação de seu mandato pouco tempo antes, fragilizando a persona política de Cunha.

Dias após o início da campanha virtual e seu sucesso, as organizadoras da campanha ‘Pílula fica, Cunha sai’ sentiram que era o momento de engrossar o coro de insatisfação em relação a Cunha e convocaram para o dia 28 de outubro uma marcha de mulheres contra os posicionamentos de Cunha e o texto da PL 6063, e a favor do aborto legal e seguro em frente à ALERJ (Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro).

³ Iniciativa criada pela jornalista Nana Queiroz em março de 2014 em reação aos resultados de uma pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) sobre a tolerância social à violência contra as mulheres, na qual, inicialmente, 65% dos entrevistados concordavam com a afirmação “Mulheres que usam roupas que mostram o corpo merecem ser atacadas”. A campanha consistia em postar foto com os escritos ‘Não mereço ser estuprada’ no corpo ou em uma placa e divulgar em um evento próprio da manifestação.

De acordo com as organizadoras, mais de 5 mil pessoas compareceram ao protesto no Rio de Janeiro, que se repetiu em outras cidades do país na mesma semana e continuou acontecendo em diversos pontos nas três semanas seguintes. A campanha agora denominada ‘Mulheres Contra Cunha’, aliando a organização via redes sociais à estratégia de rua, chamou a atenção e angariou apoio nas redes sociais.

A campanha ‘Mulheres Contra Cunha’ integra o cenário que ficou conhecido como Primavera Feminista de 2015, em alusão à onda de protestos da Primavera Árabe em 2011, onde a questão central girava em torno da insatisfação de diversos cidadãos do Oriente Médio com os governos em vigência. A Primavera Árabe chamou a atenção do mundo especialmente por conta do expansivo uso das novas tecnologias de informação e comunicação (nTICs), que possibilitou que os grupos ativistas criassem seus próprios meios de comunicação paralelos aos meios de mídia operados pelo Estado.

De certa forma similar, a partir dos protestos ocorridos em junho de 2013 os movimentos sociais brasileiros passaram a se apropriar cada vez mais das possibilidades proporcionadas pelo uso das nTICs. O movimento feminista foi um dos, senão o movimento que mais se aproveitou dessa lógica, realizando entre 2014 e 2016 diversas e constantes campanhas online e ocupando as ruas, co-habitando a rede e a rua.

5. Notas metodológicas

Fundamentado no perspectivismo ameríndio proposto pelo antropólogo Eduardo Viveiros de Castro, Fabio Malini (2016) propõe o método perspectivista de análise de redes sociais, tendo como objetivo a identificação de pontos de vistas particulares presentes em uma determinada rede e como estes compõem uma globalidade:

Toda rede é uma sobreposição de camadas de redes que vão adensando relações e se dissociando entre si no tempo. Essas camadas de redes revelam pontos de vistas particulares sobre o fenômeno, fornecendo ao pesquisador uma multiplicidade de grupos de opinião, de julgamento, de mobilização e de difusão que não se reduzem a nenhum sentido totalizante e genérico do Uno. (MALINI, 2016, p.9)

A abordagem teórico-metodológica proposta por Malini suscita a noção de pontos de vista manifestados a partir de relações de repulsão e atração na rede dispostas em *clusters*, aglutinações grupais criadas a partir de conexões entre usuários. Tais conexões determinam-se a partir do pensamento compartilhado, no qual o sujeito em questão revela seu ponto de vista ao assumir a perspectiva do outro, fornecendo ao pesquisador rastros sobre posicionamentos coletivos e padrões de comportamento aptos a atuar nos sentidos simbólicos ou materiais de

diversos acontecimentos sociais (MALINI, 2016). A utilização do método perspectiva orienta, portanto, para a análise das diferentes perspectivas que constituem as aglutinações presentes em uma determinada rede.

Para a constituição do *dataset*, foi realizado um processo de coleta no Twitter a partir das hashtags #ForaCunha, #MulheresContraCunha, #PL5069 e #NaoAoPL5069, totalizando 9599 RTs. Apesar de ser um termo utilizado para diferentes contextos além das manifestações contrárias ao PL 5069, consideramos necessário incluir a hashtag #ForaCunha tendo em vista a adoção da frase como um bordão por manifestantes, tanto em protestos de rua feitos anteriormente quanto na divulgação de novos atos na rede. Para tal utilizou-se o *script* Ford, tecnologia de extração e mineração de dados elaborado por pesquisadores do Laboratório de Imagem e Cibercultura da Universidade Federal do Espírito Santo (Labic/Ufes).

A visualização dos dados a partir de grafos ocorreu por meio da utilização do *software* Gephi⁴ a partir de duas métricas: Grau de Entrada e Modularidade. O grau de entrada demonstra, a partir do tamanho dos nós, os usuários de maior popularidade na rede, ou seja, aqueles com maior quantidade de retweets. A métrica da modularidade, por sua vez, detecta os diferentes aglutinamentos presentes na rede, atribuindo diferentes cores aos nós que as constituem.

6. Resultados

⁴ O download disponível em www.gephi.org.

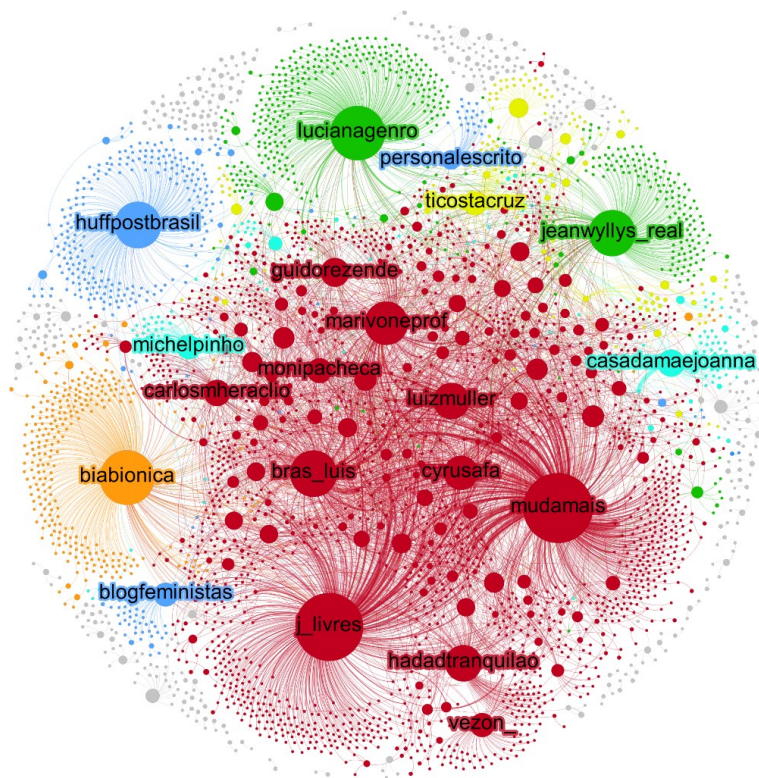


Figura 1: Grafo de RTs

O grafo acima representa o universo de retweets contendo as hashtags coletadas entre os dias 06 e 10 de novembro. A data abarca o período de realização de novos atos de rua em diferentes cidades.

Em um primeiro momento é possível rapidamente notar a ausência de perfis relacionados à mídia tradicional. Perfil centralizador isolado, a usuária @biabionica viralizou ao apontar para este fato:

RT @biabionica: Caracas! #ForaCunha bombando na Paulista e a TV caladinha a esse respeito <https://t.co/uV4UE2maG8>

O único perfil de mídia empresarial em destaque na rede é o do portal HuffPost Brasil (@huffpostbrasil), associado ao Grupo Abril. A versão brasileira do portal liberal americano tem como proposta editorial uma maior atenção às questões minoritárias, reservando em seu site abas especiais para conteúdos relacionados a mulheres, população LGBT e vozes da rua.

O cluster vermelho, de maior relevância na rede, é composto principalmente por usuários ativistas ligados à esquerda, como @luizmuller, @guidorezende e @carlosmheraclio. Além deles, estão em destaque os perfis @j_livres e @mudamais, dos projetos midialivristas Jornalistas Livres e Muda Mais. Trata-se, portanto, da reunião de perfis ativistas na rede.

Outros perfis ativistas aparecem em destaque na rede, como @ticostacruz e @blogueirasfeministas. O primeiro pertence ao cantor e ativista em rede Tico Santa Cruz e o segundo ao blog Blogueiras Feministas, pioneiro na produção de conteúdo feminista em rede no Brasil e de importante participação no debate sobre o aborto durante as eleições em 2014 (VENTURA e RODRIGUES, 2015).

Em verde estão os perfis dos políticos Luciana Genro e Jean Wyllys, filiados ao PSOL, que demonstraram apoio ao movimento e às manifestações. Genro, no entanto, mostrou-se mais ligada à movimentação das mulheres, com um número maior de tweets dedicado à causa, enquanto Wyllys fez pouca menção ao protesto e aparece no grafo mais em razão de tweets relacionados puramente às manifestações contrárias à Eduardo Cunha.

RT @jeanwyllys_real: 89% das vítimas de estupro no Brasil são MULHERES. 70% são CRIANÇAS/ADOLESCENTES. PL 5069, NÃO! #MulheresContraCunha

RT @lucianagenro: Cunha, o aborto vai ser legal, sim. Não por cima do teu cadáver, como tu disse, mas por cima do teu mandato! #ForaCunha #MulheresContraCunha

7. Conclusão

A rede do ‘Mulheres contra Cunha’ mostrou-se sem grandes controvérsias e como enviesada, ou seja, não haviam muitas opiniões divergentes pairando sobre o assunto – ou mesmo opiniões além do apoio. São duas as hipóteses mais prováveis que justifiquem essa atuação na rede: a primeira, de que o movimento Mulheres Contra Cunha, ainda que abordasse a temática polêmica do aborto, não foi um dos que recebeu grande atenção das redes sociais por não ter causado algum tipo de impacto viralizante; ou a segunda, de que a data, próxima às últimas manifestações, refletiu um saturamento da discussão em rede.

Referências

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, J. (org) **Democracia hoje**. Brasília: Ed. UNB, 2001

MALINI, Fábio. Um método perspectivista de análise de redes sociais: cartografando topologia e temporalidade em rede. **Compós**, 2016. Disponível em: <<http://bit.ly/1P9SutE>>.

MIGUEL, Luís Felipe. BIROLI, Flávia. Teoria política feminista, hoje. In: **Teoria Política Feminista: textos centrais**. Vinhedo, Editora Horizonte, 2013.

PATEMAN, Carole. Críticas feministas à dicotomia público/privado. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. **Teoria política feminista: textos centrais**. Editora Horizonte, 2013, p. 7-54.

VENTURA, Mauro de Souza. RODRIGUES, Laís Modelli. Feminismo e a formação da rede online: a questão do aborto no Blogueiras Feministas em tempos de eleições presidenciais. **Revista Âncora**, João Pessoa, n. 2, p. 100 a 114, jul/dez. 2015. Disponível em: <<http://bit.ly/2dUfzJl>>.

DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo. Aborto no Brasil: uma pesquisa domiciliar com técnica de urna. *Ciência & Saúde Coletiva*, 15 (Supl. 1):959-966, 2010. Disponível em: <http://www.apublica.org/wp-content/uploads/2013/09/PNA.pdf>

Catálogo-na-fonte: Biblioteca da OMS: Abortamento seguro: orientação técnica e de políticas para sistemas de saúde – 2ª ed. Organização Mundial da Saúde 2013.
ISBN 978 92 4 854843 7. Disponível em:
http://apps.who.int/iris/bitstream/10665/70914/7/9789248548437_por.pdf

IRIGARAY, Luce. A questão do outro. **Labrys: estudos feministas**, n. 1-2, julho/ dezembro 2002.

LATOUR, Bruno. **Reagregando o social: uma introdução à teoria ator-rede**. Salvador: Edufba; Bauru: Edusc, 2012.